



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Clarice na linha

Enquanto o mundo explode, esta coluna conseguiu uma entrevista mediúcnica exclusiva com Clarice Lispector. Fala, musa!

Clarice, escrever é destino?

Há três coisas para as quais eu nasci e para as quais eu dou a minha vida. Nasci para amar os outros, nasci para escrever, e nasci para criar meus filhos. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada.

Qual o lugar do amor em sua vida?

Amar os outros é a única salvação individual que conheço: ninguém estará perdido se der amor e às vezes receber amor em troca.

Você se considera uma pessoa afirmadora?

Tudo no mundo começou com um sim. Uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida.

Você passou a imagem de ser uma mulher complicada. Isso é verdade?

Sou complicada? Não, eu sou simples como Bach.

Você foi feliz?

Ser feliz é para conseguir o quê? É para conseguir um final feliz? O que vem depois do fim? Só concebo uma felicidade inesperada, uma felicidade do instante, uma felicidade clandestina.

Por que você gostava tanto de bichos?

Somente quem teme a própria animalidade não gosta de bichos. Eu adoro. Talvez seja porque sou de sagitário, metade bicho.

Você é uma mulher delicada, os seus dedos são frágeis. De onde vem a sua força?

Minha força está na suavidade de meus dedos frágeis e delicados. Não tenho medo nem de chuvas tempestivas nem de grandes ventanias soltas, pois eu também sou o escuro da noite.

Você foi considerada uma pessoa alienada. Isso procede?

Minha ideia — veja o absurdo da adolescência — era estudar advocacia para reformar as penitenciárias. Eu cuido do mundo, eu sou a mãe do mundo, a minha responsabilidade é grande.

A inspiração é uma forma de loucura?

Inspiração não é loucura; é Deus.

Que defeito gostaria de eliminar em você?

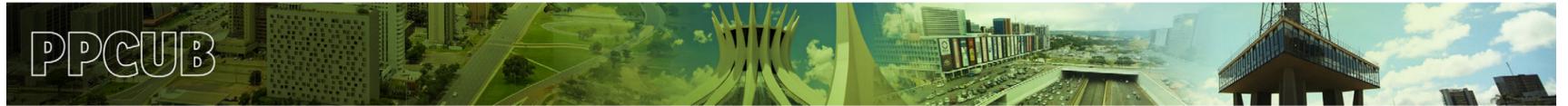
Até cortar os próprios defeitos pode ser perigoso — nunca se sabe qual é o defeito que sustenta nosso edifício inteiro.

Você passou, rapidamente, por Brasília. O que foi Brasília em sua vida?

Brasília é um pacto que eu fiz com Deus. Brasília é uma estrela espatifada.

Você se tornou famosa e até cultivada nas redes sociais. É bom ser tão famosa?

O anonimato é suave como um sonho. Eu estou precisando desse sonho.



MP questiona, Sinduscon reage

Em audiência pública no Senado, a promotora Marilda Fontenele informou que irá ajuizar uma Ação de Inconstitucionalidade contra o plano votado pela Câmara Legislativa. Seduh acompanha debates sobre o tema. Siduscon pede para ser ouvido

» MILA FERREIRA

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) vai ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) aprovado na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). A informação foi divulgada pela promotora Marilda Fontenele, da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Proub), em audiência pública no Senado, na manhã de ontem.

Segundo a promotora, o MPDFT, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, instituiu um grupo de trabalho para analisar a constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar (PLC) 41/2024. “Nós vamos ajuizar a ação assim que a lei foi sancionada pelo governador”, informou Marilda Fontenele.

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é um instrumento jurídico que tem por finalidade declarar que uma lei ou parte dela é inconstitucional. “A ação impugna todos os dispositivos legais que entendemos estarem em desconformidade com a Lei Orgânica do Distrito Federal, principalmente no que diz respeito à preservação do conjunto urbanístico como um patrimônio cultural e histórico”, explicou a promotora. “O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) vai analisar e, se os desembargadores entenderem que os dispositivos são inconstitucionais, estes serão retirados da lei”, acrescentou. “Estamos em uma situação muito difícil porque o projeto passou pela aprovação de uma CLDF composta por 24 deputados. Tristemente, verifico que vamos ter que transferir essa análise para 21 desembargadores”, anunciou Marilda Fontenele. “O desenho de Lucio Costa é muito bem estruturado. Se colocarmos o PPCUB, vamos rabiscar esse desenho sem o menor critério”, disse.

Audiência

Por iniciativa da senadora Leila Barros (PDT-DF), a segunda audiência ocorreu, ontem, na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal. Em pauta a discussão do PPCUB. Estiveram presentes e compuseram a mesa a arquiteta, urbanista e membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), Angelina Nardelli; a promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Marilda Fontenele; a presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Patrícia Carvalho; Paulo Niemeyer, arquiteto e bisneto de Oscar Niemeyer; e a ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico (IHG-DF), Vera Ramos.

Mila Ferreira/CB/D.A Press



Audiência pública no Senado reuniu arquitetos, urbanistas e moradores para discutir o PPCUB: projeto deve ir para sanção do governador Ibaneis Rocha

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) e a Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do DF foram convidadas, mas nenhum representante do GDF compareceu. Ao **Correio**, em nota, a Seduh informou que segue os desdobramentos das discussões sobre o PPCUB. “A secretaria acompanha todos os debates e manifestações enquanto aguarda o encaminhamento da redação final, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, após o qual será realizada análise minuciosa do texto com as emendas aprovadas a fim de que o texto a ser sancionado seja o mais adequado e atenda à população do Distrito Federal”, destaca a nota.

“Segundo manifestações do GDF, alguns pontos serão vetados. Mas, isso não é suficiente. É preciso que todo o projeto seja revisado de forma abrangente. Qualquer modificação no PPCUB deve ser avaliada para o bem-estar social e proteção do meio ambiente”, afirmou Leila Barros. “Preservação não é obstáculo para o desenvolvimento”, acrescentou.

No último dia 25 de junho, a Comissão de Meio Ambiente promoveu a primeira audiência pública para discutir os impactos do PPCUB. Na ocasião, urbanistas e arquitetos protestaram com cartazes contra o projeto aprovado na CLDF. No mesmo dia, o governador Ibaneis Rocha (MDB)



A gente acompanhou bem de perto a tramitação do projeto e esta obedeceu todos os ritos necessários”

Adalberto Valadão Júnior,
presidente do Sinduscon

anunciou quatro vetos ao projeto. Entre as propostas que deve sair do texto estão a construção de alojamentos nas quadras 700 e 900 das asas Sul e Norte, incluindo hotéis e motéis; e também a ocupação do Parque dos Pássaros, o que afastará a possibilidade de construção de um camping no local. Ibaneis Rocha anunciou que vetará a permissão de comércio e prestação de serviços no Setor de Embaixadas. Será vetada ainda a alteração de lotes na W3 Sul.

Arquiteta, urbanista e membro consultivo do Icomos, Angelina Nardelli reiterou que há um risco de que Brasília entre na inscrição do ‘heritage alert’, que é o alerta de patrimônio em risco junto à Unesco. “Esse PPCUB da maneira que foi aprovado, é passível de entrar nessa lista de



Segundo manifestações do GDF, alguns pontos serão vetados. Mas, isso não é suficiente. É preciso que todo o projeto seja revisado”

Leila Barros,
senadora (PDT-DF)

risco. Há um alerta contínuo do risco que Brasília corre a partir de propostas vindouras que, a qualquer momento, poderão entrar em vigor. Muitas emendas afetam agressivamente o tombamento e a paisagem”, comentou.

Reação

O Sindicato da Indústria da Construção Civil no Distrito Federal (Sinduscon-DF) informou ao **Correio** que não recebeu convite para nenhuma das audiências públicas no Senado. “Ficamos bastante impressionados com o fato de a senadora (Leila Barros) promover duas audiências para debate, sendo que convidou apenas pessoas com posicionamento contrário ao projeto”, declarou o presidente da entidade, Adalberto Valadão Júnior.

“Não há debate, porque todas as pessoas pensam da mesma forma”, complementou.

O presidente do Sinduscon disse ainda que se colocou à disposição da senadora para participar dos próximos debates que aconteçam no Senado. Sobre a ação de inconstitucionalidade anunciada pelo Ministério Público, Adalberto Júnior não se mostra surpreso. “Judicializar é um direito de qualquer cidadão. Não nos surpreende que o MPDFT tenha a intenção de judicializar uma lei que teve uma repercussão como essa. A gente acompanhou bem de perto a tramitação do projeto e esta obedeceu todos os ritos necessários”, salientou. “Há uma série de emendas aprovadas na Câmara e essas carecem, sim, de uma avaliação mais criteriosa por parte do GDF e que as entidades também o façam. Eu acredito na capacidade do governo de vetar qualquer emenda que traga risco à lei”, concluiu.

O Sistema Fecomércio-DF também se manifestou. Para o presidente José Aparecido Freire, as manifestações contrárias ao atual projeto são “saúdáveis e valiosas para o processo democrático que busca unir preservação e desenvolvimento da nossa cidade”.

José Aparecido destacou que Brasília foi projetada para 500 mil habitantes e hoje comporta quase 3 milhões de pessoas. “É

necessário que haja atualizações e adequações nos regramentos a exemplo das atualizações das Classificações Nacionais de Atividade Econômicas (CNAEs). Sem o PPCUB, o setor produtivo fica prejudicado com a falta de segurança jurídica”, salientou o presidente. “Não podemos enterrar um projeto por inteiro, discutido por mais de 10 anos, por conta de alguns pontos de atenção. É preciso avançar no processo de modernização da cidade, com vistas à preservação do patrimônio histórico, que também é fundamental para o nosso desenvolvimento socioeconômico”, ressaltou ele.

A Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi) também se manifestou sobre a judicialização do PPCUB por parte do Ministério Público. “A associação entende e respeita a preocupação do MP, mas avalia que é prematura qualquer iniciativa contra o projeto aprovado. Nesse momento, a área técnica do governo do DF examina a proposta do PPCUB e, especialmente, as emendas aprovadas pelos parlamentares. O governador Ibaneis Rocha sinalizou que vetará alguns pontos. Cabe aguardar o texto final da proposta, quando sancionado, para verificar se há inconstitucionalidade ou não”, ressaltou a nota. A Ademi informou também que não recebeu convite para as audiências públicas que aconteceram no Senado.